

A ESTERILIZAÇÃO NA PERSPECTIVA EUGÊNICA DE RENATO KEHL NA DÉCADA DE 1920

*Leonardo Dallacqua de Carvalho*¹

Introdução: O percurso da esterilização eugênica

Quando concluídas suas bases pelo cientista inglês Francis Galton (1822-1911), na segunda metade do Oitocentos, a eugenia inaugurava uma proposta científica de exaltação e incentivo aos chamados “bem-nascidos”. Por meio do estudo da hereditariedade, somado ao conhecimento estatístico, orientado pela Distribuição Gaussiana², Galton avaliava que determinadas características, se conservadas, condicionavam ao elemento humano um sucesso hereditário. Mesmo sem conseguir mencionar com precisão o modelo desse processo, como relatado em *Hereditary Talent and Character* (1865), ponderava a existência de fatores que condicionavam a uma seleção humana derivada de talentos hereditários, nos quais as diferenças sociais e físicas eram dimensionadas em resultados efetivos à hereditariedade da prole.

Embora Galton contasse com discípulos e propagandistas fiéis da sua interpretação de eugenia, a teoria demonstrou ser refém dos diversos contextos em que foi empregada, sejam culturais, sociais ou políticos. Sua facilidade de adaptação, servindo à necessidades e interpretações variadas, acarretou naquilo que historiadores da eugenia caracterizaram como um processo multifacetado da teoria galtoniana³.

Não foi à toa que a eugenia ramificou em classificações de utilização, a saber, eugenia “positiva”, “negativa” e “preventiva”⁴. Seu contorno “negativo” obteve relativo êxito, sendo aplicado em diversos países como Estados Unidos, Alemanha, Suécia e Dinamarca. Embora o caso da Alemanha Nazista seja o mais emblemático e repercutido, especialmente por ter regulamentado a aprovação de uma lei que ocasionou a esterilização involuntária de 1% da população alemã até 1945⁵, os

¹ Doutorando em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ -RJ. Bolsista FIOCRUZ. E-mail: <leo_gerrard@hotmail.com>.

² KEVLES, Daniel. *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1985, p. 14.

³ SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. [Dissertação]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. STEPAN, Nancy Lays. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. ADAMS, Mark. Eugenics in the History of Science. In: _____. (Org). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990. WEISS, Sheila. The race hygiene movement in Germany 1904-1945. In: ADAMS, Mark (Org.). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.

⁴ Nancy Lays Stepan define eugenia “positiva” como a modalidade preocupada em incentivar a reprodução dos “bem-nascidos”; a “negativa” como dispositivo de controle ou restrição para os considerados inadequados; a “preventiva” da erradicação dos venenos raciais e doenças venéreas (STEPAN, Nancy Lays. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 94).

⁵ STEPAN, Nancy Lays. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p.38-39.

Estados Unidos foram os pioneiros em macro escala do projeto de eugenia “negativa” com a finalidade de esterilização. Autores como Edwin Black e Alexandra Stern demonstraram a longa duração do processo de esterilização estadunidense, que perdurara por grande parte do século XX - mesmo após o término da Segunda Guerra Mundial⁶ - e a engenharia criada para a normatização populacional⁷.

Na América Latina a eugenia foi igualmente modelada às suas necessidades contextuais e às demandas referentes às identidades nacionais. Projetos de nação por diversas vezes abraçaram seus preceitos e recomendaram suas aplicações em larga escala, como solução para históricos atrasos locais. Em países como México, Argentina, Peru e Brasil, por exemplo, a eugenia esteve alinhada às medidas de saúde pública, saneamento e medicina social, mais inclinada ao uso preferencial dos modelos teóricos de eugenia “positiva” e “preventiva”. Conquanto, sua interpretação plural abriu margem para o florescimento da eugenia “negativa”, não sendo raros os debates e propostas de aplicação coordenada. No México, em especial, a modalidade mais dura de eugenia obteve recepção em localidades como Vera Cruz, o único ponto da América Latina em que uma lei de esterilização eugênica foi aprovada⁸.

No Brasil, a proposta de esterilização agradava uma determinada parcela de intelectuais, à medida que sua razão extremada era fruto da incapacidade de resolver os “problemas nacionais” por outros caminhos mais “aceitáveis”. Um dos que adotaram esta postura foi Renato Kehl, o conhecido propagandista da eugenia, que em determinado momento passou a entender a esterilização como ferramenta viável à resolução dos problemas relacionados à questão racial e de hereditariedade, considerada “inapropriada” para o projeto eugênico.

Em vista desse contexto, quero demonstrar como a eugenia “negativa”, embora não fosse o método prioritário no contexto brasileiro, era recomendada em alguns casos, como os da criminalidade e degeneração “somato-physica”. Para tanto, por meio da história intelectual e da história das ciências, um argumento como a esterilização ganhava força mesmo com a dominância das perspectivas “positiva” e “preventiva” de eugenia. Os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* apresentaram, em meados de 1920, propostas de aplicação “negativa” da eugenia e confirmaram que a discussão era presente entre eugenistas muito antes da década de 1930.

A discussão da esterilização antes e depois da viagem de Kehl à Alemanha

Renato Ferraz Kehl (1889-1974) nasceu na cidade de Limeira, no interior do Estado de São Paulo. Optou inicialmente pelo ofício de farmacêutico, tendo se graduado em 1909, na Faculdade de Farmácia de São Paulo. No ano seguinte iniciou estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e finalizou o curso em 1915.

⁶ MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Antiracism and the uses of science in the post World War II: An analysis of UNESCO's first statements on race (1950 and 1951). *Vibrant*, v.12, n.2, 2015, p. 1-26.

⁷ BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. STERN, Alexandra. *Eugenic Nation: faults and frontiers of better breeding in modern America*. California: University of California Press, 2005.

⁸ GUÁZO, Luara Suárez y López. *Eugenesis y racismo en México*. Coyoacán, México: Universidad Nacional Autónoma de México; 2005. STERN A. *Eugenic Nation: faults and frontiers of better breeding in modern America*. California: University of California Press, 2005.

Como explica Vanderlei Sebastião de Souza, durante os anos em que permaneceu na FMRJ, Kehl entrou em contato com obras de Lamarck, Darwin, Spencer, Broca, Lapouge, Agassiz, Dechambre, Galton e Weismann, autores que passaram a influenciar seu pensamento médico e social⁹. A partir desse momento, o jovem médico começaria a desenvolver seus estudos sobre hereditariedade, raça e eugenia.

A discussão sobre as propostas de esterilização eugênica no Brasil é uma caixa-preta em fase de abertura. Quanto mais se esmiúça a trajetória de atores históricos ligados à eugenia, mais interpretações emergem para situá-los no contexto dos debates médicos-científicos atrelados às noções de hereditariedade e sociedade. Sabe-se, por conseguinte, do envolvimento de médicos e psiquiatras como Renato Kehl, Ignácio da Cunha Lopes (1891-1973) e Afrânio Peixoto (1876-1947) no tocante à discussão e às diferentes formas de como trataram a questão.

Em relação aos estudos sobre Brasil, Nancy Stepan cita a presença do discurso da esterilização na defesa pública do jurista Levi Carneiro (1882-1971) no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929). A autora lembra que o presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental, Ernani Lopes (1885-?), alegava que o Dr. Álvaro Ramos executava medidas de esterilização eugênica nas mulheres em que diagnosticasse distúrbios sexuais e “síndrome de perversidade”¹⁰.

O debate em torno da esterilização eugênica não estava reservado apenas aos discursos científicos dos anos de 1920 e 1930. Jurandir Freire Costa salientou que o pensamento antiliberal na Liga Brasileira de Higiene Mental possibilitou a adesão de medidas mais radicais, como a esterilização, no tratamento e prevenção de doenças mentais¹¹.

Partindo de estudos de caso, pode-se destacar o trabalho de Tarelou e Mota ao avaliar o argumento da esterilização como solução medicinal no discurso do médico e psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva. Na mesma direção, a tese de Pedro Muñoz salientou os efeitos da formação alemã para as propostas de esterilização no discurso do psiquiatra Ignácio da Cunha Lopes e qual foi a sua relação com a psiquiatria.

José Roberto Franco Reis, Robert Wegner e Vanderlei Sebastião de Souza avançaram no debate ao discutirem as medidas de esterilização em um universo médico e social que possuía como agente de resistência a Igreja Católica. O estudo de Reis procurou abordar de que maneira a esterilização esteve na retórica de psiquiatras desde o início do século XX, especialmente ao citar a fala de J. P. Fontenelle, em 1924, na qual previa a esterilização eugênica como medida necessária de profilaxia¹². Além disso, esses autores destacaram a atuação de Kehl, evidenciando que o eugenista procurava salientar as medidas radicais, mas ao mesmo tempo prejudicava a própria divulgação da eugenia¹³.

⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. [Dissertação]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 68-69.

¹⁰ STEPAN, Nancy Lays. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p. 124.

¹¹ COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 135.

¹² REIS, José Roberto Franco. *Higiene Mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental*. [Dissertação]. Campinas-SP: Unicamp, 1994, p. 271.

¹³ REIS, José Roberto Franco. *Higiene Mental e eugenia...*, p. 276.

Por esta perspectiva, procurei acompanhar a relação de Kehl com a esterilização eugênica e traçar a continuidade desse discurso ao longo da sua trajetória. Isto porque o discurso de esterilização é mais lembrado no final dos anos de 1920, quando retorna da viagem à Alemanha com uma expectativa mais definida sobre o seu papel de importância no projeto eugênico.

Deve ser ressaltado, inicialmente, que o flerte com processos de esterilização esteve presente nos discursos de Renato Kehl desde os primeiros anos da década de 1920. Na obra *Melhoremos e Prolonguemos a Vida: A valorização eugênica do homem* (1922) encontra-se uma exposição de onze páginas a respeito dos benefícios da legislação e aplicação da esterilização para fins eugênicos. A efeito do título *A esterilização sob o ponto de vista eugênico*, Kehl salientava a necessidade da aplicação de instrumentos eugênicos mais eficazes para o controle de problemas hereditários que seriam responsáveis pela heterogeneidade da sociedade brasileira, sobretudo nas condições de criminosos, doentes, hospitais, manicômios, mendicância, alcoolismo, jogos e trapagens. Esta consideração vai ao encontro da sua percepção de liberdade do indivíduo na procriação, uma vez que nem todos possuiriam os requisitos para exercer esse direito em sua plenitude.

Nestas condições não se compreende que todos os indivíduos tenham a absoluta liberdade de procriar, de pejar o mundo de “maus animais”. É preciso, realmente, estabelecer condições que regulem “*prière mutuelle*”, a faculdade procriadora, e não deixá-la ao arbítrio de inconscientes e ignorantes.¹⁴

Neste argumento, parte da sua obra esteve apoiada no dramaturgo francês Eugène Brieux (1858-1932), no qual suas peças são em essência fundamentadas na crítica social. Ao citar *Maternité*, de 1904, corrobora com a tese de que indivíduos com problemas materiais ou físicos deveriam ser impedidos de procriar. Caso insistissem na procriação estariam cometendo um ato de ignorância ou mesmo de criminalidade. Em somatória, construiu sua justificativa da plausibilidade da esterilização por meio da aplicação e o sucesso nas experiências de outros países como Suíça e Estados Unidos.

Nesse sentido, o ponto basal de compreensão diz respeito à forma como Kehl entendia as modalidades de eugenia em diferentes momentos da sua trajetória. Embora propostas radicais fizessem parte das suas produções desde o início da propaganda eugênica, sua aproximação prática no *establishment* científico brasileiro rumava ao encontro das propostas de profilaxia e higiene. É incontestável afirmar que nesse momento ele assumia os preceitos de uma eugenia “negativa”, especialmente pelo seu *lugar* na ciência da época. No entanto, além de um admirador, Kehl é um estudioso da eugenia e tem consciência da totalidade do seu repertório, inclusive de medidas mais invasivas. Portanto, Kehl entendia que as medidas de esterilização

¹⁴ KEHL, Renato. *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1922, p. 120.

poderiam ser aproveitadas, mas avaliava que os outros métodos restritivos também obteriam sucesso e maior aceitação.

Tal questão está ligada à marca presente da eugenia na América Latina, assinalada pela aproximação com saneamento, medicina social e medidas profiláticas em geral. Conceitualmente, este entendimento estaria posicionado entre os termos da eugenia “positiva” e eugenia “preventiva”.

Ao traçar o perfil da eugenia em países como Brasil, Argentina e México, Nancy Stepan considerou sua adoção “suave” devido às diferenças com a eugenia aplicada na Escandinávia, nos Estados Unidos e na Alemanha, caracterizada pela aceitação de medidas mais duras e restritivas¹⁵. No entanto, a intelectualidade latino-americana adepta à eugenia não deixou de debater sobre o assunto e, muitas vezes, propô-lo como alternativa de projeto nacional. Com Kehl não foi diferente, uma vez que o eugenista considerava seus sucessos e propunha reflexões sobre a viabilidade do método.

Sigo a interpretação trilhada pelo historiador Vanderlei Sebastião de Souza, ao notar a importância de uma mudança de concepção teórica a partir de 1928, quando cada vez mais Kehl se aproximava da teoria mendeliana e da modalidade de aplicação da eugenia “negativa”, corrente em países como Alemanha e Estados Unidos. Esta perspectiva, que parece surgir após sua viagem à Europa, sobretudo no contato com eugenistas alemães, transformou suas impressões acerca da viabilidade de um novo modelo eugênico para o Brasil¹⁶.

A mudança teórica apresenta um recorte contextual específico e acentua a maneira como Kehl manuseou os conceitos de eugenia “negativa” e esterilização. As fontes mostram que o eugenista brasileiro não deixava de relatar medidas mais extremas desde o início da sua trajetória, mas sua avaliação era condicionada pelo cenário da medicina brasileira. De outro modo, antes de 1928 Kehl aconselhava a esterilização, mas acreditava nas práticas de uma eugenia “preventiva” e “positiva” como sendo mais eficazes. Com a mudança teórica o processo se inverte, pois, embora exista o aconselhamento da manutenção das práticas “preventivas” e “positivas”, sua principal diretriz na leitura de Brasil foi realçada na eugenia “negativa”, representada por forte restrição à imigração, atestado pré-nupcial e esterilização. Dessa forma, com a “[...] crença na eficácia dessas medidas mais extremadas, Renato Kehl tornava-se progressivamente mais cético quanto à capacidade que a 'eugenia preventiva', a higiene e a educação apresentavam para melhorar as qualidades raciais das futuras gerações.”¹⁷

Se partirmos para um momento posterior à década de 1920, perceberemos nas obras *Lições de Eugenia* e *Por que sou eugenista*, publicadas em 1929 e 1937, respectivamente, amostras da consolidação da esterilização como propostas

¹⁵ STEPAN, Nancy Lays. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

¹⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. [Dissertação]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 127.

¹⁷ WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso) v.20, n.1, 2013, p. 269.

eugênicas. No primeiro livro, o título chamativo *A esterilização dos grandes degenerados e criminosos* sintetizava quais indivíduos mereceriam tratamento especial da modalidade “negativa” de eugenia. Em um primeiro momento, a intenção de Kehl é desmistificar um suposto preconceito em volta da esterilização, vista como medida draconiana e extremista por grande parte da população. Este efeito, aliás, era reconhecido pelo próprio Kehl como uma das respostas para a esterilização eugênica carecer de popularidade na intelectualidade nacional, seja ela médica, psiquiátrica ou letrada de modo geral. A esterilização era analisada por diversos intelectuais como uma medida ultra profilática, inviável para o nosso exemplar de nação. Por este prisma, o desejo de Kehl era desamararrar seus nós de “incompreensão”, à medida que a esterilização não era um fim, mas um começo. Explica o autor:

A eugenia não quer a esterilização à *outrance*, como não pretende a prática de medidas à *Lycurgo*, as quais, sob certo ponto de vista, são menos cruéis que as consequências advindas da indiferença criminoso que faculta a cópula da miséria e da doença ou de ambas. É crueldade inominável o lançamento dos recém natos de degenerados nos abismos do Taigeto, mas não é menos cruel assistir impassível à multiplicação de desgraçados que vêm ao mundo para sofrer o calvário de uma cegueira, de uma surdo-mudez ou de uma anomalia monstruosa.¹⁸

O próprio Kehl reconhecia as dificuldades em aplicar esta modalidade no cenário brasileiro e afirmava não ser a única solução para a criação de uma “elite eugênica”. No entanto, considera o seu efeito benéfico a longo prazo para aumentar a média da raça. Partindo do biólogo estadunidense Raymond Pearl (1879-1940), em *The Eugenic Review*, argumentava que, por meio da eliminação do considerado medíocre, a tendência é uma melhora no quociente da raça selecionada.¹⁹ Sendo assim, a esterilização eugênica representava um dos vértices na aplicação da eugenia em conjunto com outras medidas de amparo.

Para tanto, seria necessária toda uma engenharia de análise da hereditariedade na identificação de casos de degeneração “somato-physica”. Doentes, criminosos e miseráveis estariam na lista de exames para o diagnóstico de possíveis cacoplastas²⁰. A rigor, era preciso confeccionar um projeto de lei aliado à propaganda na tentativa de justificar e executar esses procedimentos.

Embora a discussão da esterilização fosse presente, é desconhecido no *establishment* político qualquer lei para sua efetivação. Todavia, uma parcela dos eugenistas fez questão de demonstrar parecer favorável à lei de esterilização alemã que entrava em vigor na década de 1930, sob o auspício do regime de Adolf Hitler. No livro *Por que sou eugenista*, Kehl mencionava o episódio:

¹⁸ KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1929, p. 172.

¹⁹ KEHL, Renato. *Lições de eugenia...*, p. 173.

²⁰ Cacoplasta refere-se à regeneração ou organização imperfeita, um termo presente no repertório eugenista para definir indivíduos alvos de procedimentos de eugenia.

No inquérito procedido nesta Capital sobre a lei alemã de esterilização, opinaram a favor da mesma: Leitão da Cunha, Renato Kehl, Afrânio Peixoto, Oscar Fontenelle, Leonidio Ribeiro, Pacheco e Silva e vários outros, conforme a Revista do Sindicato Médico de 1934 - página 728.²¹

Outro caso de apoio público à esterilização eugênica partiu do psiquiatra Ignácio da Cunha Lopes Filho. Ao se debruçar sobre a década de 1930, o historiador Pedro Muñoz faz menção aos efeitos do discurso de esterilização, sobretudo com a designação de Cunha Lopes pelo Ministério da Educação no estudo e organização do serviço de alienados de Minas Gerais. Entre as produções do médico brasileiro, uma publicação de 1934 nos *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria* defendia a esterilização de doentes mentais no país. O pronunciamento ocorria em face à forte repercussão da esterilização eugênica. Um ano antes, o periódico de circulação geral *O Globo* alargava atenção à questão ao entrevistar vários médicos que se posicionavam a favor das medidas.²²

Assim como Renato Kehl, a viagem de Cunha Lopes à Alemanha e a sua aproximação com médicos e psiquiatras locais direcionou suas conclusões para a legitimidade da aplicação da eugenia “negativa”. Este intercâmbio científico teuto-brasileiro possibilitou novos entendimentos sobre a especificidade da eugenia e o manejo do seu conceito. No caso de Cunha Lopes, pôde acompanhar o trabalho do psiquiatra alemão Ernst Rüdin (1874-1952), que contribuiu na direção da higiene individual e eugenia ou higiene racial. Nesse sentido, ao tomar a higiene individual, “[...] recomendava-se a esterilização nos casos difíceis de Coreia de Huntington de natureza infecciosa grave; na eclâmpsia; nos estados epiléticos eventuais; e também raramente nas psicoses ligadas à gravidez”²³. Ainda para Rüdin, “[...] a razão mais importante para esterilização teria como base a eugenia e a higiene da raça”²⁴.

Tarelow e Mota propuseram discussão semelhante ao investigarem o pensamento do médico Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988) a respeito da esterilização. Segundo este médico “[...] a esterilização deveria ser encarada como uma ação clínica, com objetivos terapêuticos, profiláticos e mesmo neomaltusianos”²⁵. Ainda destacava que ao ser exposto à modalidade de esterilização, o indivíduo não sofreria sequelas físicas de qualquer espécie, podendo seguir o rumo da sua vida normalmente.

Portanto, a esterilização contracenava na ordem do dia da agenda de médicos e psiquiatras eugenistas, muitos deles com influenciados com os debates da eugenia alemã. Além disso, o tema sobressaía o discurso interno e especializado dos pares e

²¹ KEHL, Renato. *Por que sou eugenista: 20 anos de campanha eugênica, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937, p. 73.

²² MUNÓZ, Pedro Felipe Neves. *À luz do biológico: psiquiatria, neurologia e eugenia nas relações Brasil-Alemanha (1900-1942)*. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015, p. 316-317.

²³ MUNÓZ, Pedro Felipe Neves. *À luz do biológico...*, p. 279.

²⁴ MUNÓZ, Pedro Felipe Neves. *À luz do biológico...*, p. 278.

²⁵ TARELOW, Gustavo Querodia; MOTA, André. Eugenia, organicismo e esquizofrenia: diagnósticos psiquiátricos sob a lente de Antônio Carlos Pacheco e Silva, nas décadas de 1920-40. *Dimensões*, v.34, 2015, p. 265.

adentrava no debate social, sendo apresentado com argumentos de aceitação e discordância.

A defesa da esterilização eugênica em 1925

Inicialmente, parto da análise do texto fonte “A esterilização dos grandes degenerados e criminosos”, publicado na segunda edição dos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, por Renato Kehl, em dezembro de 1925, o qual considero um documento substancial da defesa de leis de esterilização eugênica no país. Em seis páginas o autor discorre sobre princípios mais radicais de intervenção médica em indivíduos avaliados como indesejáveis, demonstrando a aproximação dos preceitos da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) com medidas eugênicas variadas. A Liga, nesse sentido, assume um caráter teórico-institucional importante em meio a um projeto eugênico de nação.

A LBHM foi fundada em 1923 pelo psiquiatra Gustavo Riedel (1887-1934), tornando-se o primeiro presidente da instituição. Como menciona Jurandir Costa, a instituição tinha entre seus objetivos “[...] melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos”²⁶. Para tanto, uma série de novas propostas e ideias foi discutida e debatida entre os pares pertencentes à Liga e à comunidade especializada.

Na exposição de José Roberto Franco Reis, a eugenia assumia papel inerente aos propósitos da Liga, uma vez que os saberes da higiene mental eram nivelados à prática interventora de caráter médico-social. Seu sentido reestruturante da sociedade esteve inclinado ao contexto de repensar a identidade nacional após a Primeira Guerra Mundial, da qual diversas Ligas foram fundadas visando um sentido nacionalista²⁷.

Em vista deste projeto, em 1925 passou a circular os *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, um periódico que representou o esforço interno dos seus pares em publicar e disseminar seus trabalhos de cunho médico e psiquiátrico. O estatuto, contido no primeiro número, estabelece como finalidade principal a divulgação recorrente dos trabalhos científicos produzidos pelos integrantes filiados àquela iniciativa. Mobilizando expoentes da classe médica e psiquiátrica como Ernani Lopes e Henrique Roxo (1877-1969), o periódico ajudou a legitimar as diferentes propostas da instituição no processo de intervenção e reforma da sociedade brasileira, sobretudo nos assuntos relacionados à hereditariedade. Com isso, a Liga ambicionava a confecção de um periódico relacionado aos temas da higiene mental, psiquiatria, medicina, eugenia, sanitarismo, entre outros. Em síntese, buscava reunir diálogos médicos-científicos do estado da arte desses conhecimentos, de modo que estivessem interligados nos problemas cotidianos diagnosticados na sociedade brasileira. O periódico circulou por duas décadas e encerrou suas atividades em 1947.

A segunda edição contempla o texto inaugural de Renato Kehl nos *Archivos* da Liga. Ao escolher o tema da esterilização de criminosos e grandes degenerados, optou

²⁶ COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 45.

²⁷ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Unicamp, 1994, p. 50-52.

por uma forma assaz combativa de lidar com assuntos caros à criminologia e hereditariedade. Ao meu ver, a escolha é arbitrária e procura destacar a viabilidade da esterilização nas discussões eugênicas. Seguindo o norte dos preceitos da LBHM, especialmente em seu sentido de intervenção médico-social e de caráter preventivo, o tema da esterilização caminhava em direção às propostas de regeneração social. Kehl, evidentemente, poderia tratar de outras infinidades de assuntos, como por exemplo atestados pré-nupciais ou propaganda eugênica educacional, mas optou por discutir a esterilização de indivíduos.

Um dos primeiros indícios da manutenção do discurso da esterilização eugênica, incorporado no final da década de 1920, pode ser observado na própria estrutura textual. Em termos comparativos, Kehl retoma em 1929, em *Lições de Eugenia*, os argumentos do texto publicado nos *Archivos*. Nesse sentido, nota-se que os dois primeiros parágrafos são idênticos, tanto na publicação de 1925 como na obra de 1929. Aliás, deve-se sublinhar que diversos trechos foram reaproveitados para a discussão da esterilização em *Lições de Eugenia*. Kehl foi autor de dezenas de livros e centenas de artigos e, portanto, era praxe reaproveitar elementos que outrora foram escritos. No entanto, ao discutir um tema tão caro à sua trajetória como era a esterilização, absorver excertos do texto publicado nos *Archivos* é sintomático para verificar a continuidade do discurso da esterilização em sua obra. A reutilização oferece um elemento de concordância com o tema e as conclusões elaboradas em anos anteriores.

No que concerne aos elementos redacionais, a primeira justificativa de Kehl diz respeito à tentativa de desconstruir as mitologias ao redor da esterilização eugênica, principalmente o sentido conservador da sociedade na recusa desse método enquanto prática médica. Para ele, o preconceito se trata de uma incompreensão do conceito e a resistência em revogar um princípio tradicional em vista de um moderno. Destarte, apenas uma minoria da população reconheceria as medidas ultraprofiláticas como benéficas para a raça e a nação. Kehl lamenta o fato da sociedade não compreender a necessidade de tais práticas mais “duras”, pois, se havia dificuldade na aceitação do exame pré-nupcial, que envolve questões de ordem sanitária e aparentemente seria menos traumático, o que dirá sobre uma proposta de esterilização interventora no corpo humano?

Uma das instituições responsáveis pela manutenção do estigma da esterilização brasileira foi a Igreja Católica Romana, considerada detentora da autoridade moral religiosa reprodutiva. A igreja e seus militantes intelectuais católicos tornaram-se adversários para qualquer projeto de regulação nupcial ou de controle por meio da esterilização no contexto brasileiro²⁸. A igreja intervém à medida em que observa seus preceitos sagrados sendo violados e assume a responsabilidade de regulação e norma. Em outras palavras, a ciência estaria adentrando em um terreno fora de sua jurisdição.

²⁸ STEPAN, Nancy Lays. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p. 12. REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Unicamp, 1994, p. 317. WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso) v.20, n.1, 2013, p. 272.

Esta era uma dificuldade recorrente no projeto de esterilização brasileira, especialmente porque os eugenistas sabiam da necessidade em dialogar com a Igreja Católica se almejassem a implementação das medidas coercitivas de reprodução. Assim foi feito por Renato Kehl em diversos textos, nos quais salientava que a prática eugênica não iria contrariar as convicções cristãs. Não à toa, Wegner e Souza salientam que “[...] o próprio contexto cultural brasileiro levava a maioria dos eugenistas a adaptar alguns princípios da eugenia negativa ao imaginário católico nacional”²⁹. Desse modo, os autores sublinham o ponto de discordância entre o conhecimento médico eugênico e os princípios seculares da Igreja Católica.

Alguns esforços foram realizados para tentar romper com esse distanciamento entre a posição da Igreja e a visão da esterilização eugênica. Tal questão pode ser observada no *Boletim de Eugenia*, periódico criado e dirigido por Kehl e filiado à Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1929. Em um dos momentos mais consistente desse debate, os números 6 e 7 trazem o artigo do médico e padre jesuíta, Dr. Hermann Muckermann (1877-1962), Diretor do Instituto de Eugenia de Berlim, para discutir os fundamentos da hereditariedade e eugenia. No texto, Muckermann propõe a “extinção operatória das linhagens” pelo método da esterilização, mas com todo o cuidado, para que não existam abusos de intervenções baseadas em autoridades particulares³⁰. Esta prática deveria atender a interesse específicos e em prol do coletivo. Deve-se destacar o papel de Muckermann na condição de médico e padre jesuíta, demonstrando as tentativas de aproximação entre esterilização e religião.

Na exposição de Kehl, a política biológica de esterilização contemplava, além de criminosos, grupos de degenerados somato-physicos. Esta interpretação estende os critérios de degeneração para além dos criminosos e assume que grupos portadores de determinadas doenças poderiam ser enquadrados em uma eventual lei de esterilização eugênica. Tais grupos de degenerados podem ser compreendidos como qualquer indivíduo com saúde mental debilitada e que oferecesse risco por meio da procriação à sua prole e à comunidade. Sendo assim, era parte dessa perspectiva a condenação do alcoolismo, a cegueira, o mal de Huntington, surdo-mudez, ou mesmo outras doenças e condições.

A esterilização dos degenerados e criminosos constitui uma das medidas complementares da política eugênica, a qual estabelece, principalmente, o exame de sanidade pré-nupcial, o impedimento à paternidade indigna, à procriação, em suma, de cacoplastas e desgraçados.³¹

O fragmento acima expõe, ainda em 1925, uma concepção marcante da eugenia “negativa”, no que diz respeito à restrição daqueles considerados inaptos à procriação. Por analogia, a eugenia tinha a função de selecionar as boas sementes,

²⁹ WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso) v.20, n.1, 2013, p. 274.

³⁰ Fundamentos Hereditários e Eugenia. *Boletim de Eugenia*, 1 (6-7),1929, p. 5-6.

³¹ A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, n.1, v.2, 1925, p. 70.

como na agricultura. Igualmente, as sementes desprovidas de bons frutos não deveriam ser lançadas em um terreno fértil. Kehl diria que “Impedir o alastramento de uma planta daninha ou inútil é aconselhado e praticado até pelo mais obscuro agricultor”³². As palavras “daninha” e “inútil” podem ser rearranjadas nos termos dos “criminosos” e “degenerados”, dos quais exerceriam o mesmo efeito nocivo à sociedade brasileira.

O termo “paternidade indigna”, situado no excerto, deve ser grifado no tocante ao seu polivalente entendimento. Isto é, alguns indivíduos estariam sem condições morais de procriar e ofereciam um risco para a sociedade. Mais adiante, Kehl usou como exemplo a Suíça para especificar como este país passou a utilizar a medida restritiva e quais padrões foram afetados. Não obstante, os indivíduos a serem esterilizados eram representados por uma moça de 25 anos, epilética e ninfomaniaca; uma mulher de 36 anos, idiota, sujeita a crise de agitação e de excitação genésica; um homem de 32 anos homossexual recidivista e imoral³³. Embora em alguns casos existam indícios de problemas que careciam do cuidado eugênico como epilepsia e “idiotia”, outras características comportamentais e de orientação estão sublinhadas em um sentido negativo da moral, como era a ninfomania, excitação genésica e homossexualidade. A conotação sexual entra como dispositivo de controle para a prática da esterilização.

Entre os percalços da proposta de esterilização no Brasil, Kehl percebia dois entraves fundamentais em sua execução. Em primeiro lugar estariam os abusos da sua utilização. O eugenista brasileiro entendia que sem uma regulamentação e um cuidado rigoroso, propostas neomalthusianas poderiam entrar na agenda da esterilização e acarretar um descontrole. Sua intenção era colocar a esterilização a reboque da eugenia e evitar usos que prejudicasse este projeto de seleção dos “bem-nascidos”. Depois, a medida iria de encontro ao que chamou de “melindráveis direitos individuais”³⁴. Ou seja, referente às teses liberais da liberdade do indivíduo frente à negação de um Estado interventor ou tutelar da sociedade. Para Kehl, o Estado deveria assumir a responsabilidade e cuidado com a população, inclusive sobre as práticas eugênicas.

Além desses fatores, havia uma enorme resistência por parte de intelectuais discordante de práticas coercitivas, sobretudo pautados na reforma das condições sociais como solução para os problemas nacionais, até mesmo os atribuídos referentes à raça ou às doenças. Médicos e antropólogos como Arthur Ramos (1903-1949) e Roquette-Pinto (1884-1954) percebiam no estímulo à educação e nas reformas sociais uma saída em contraposição à condenação eugênica³⁵. Este expediente sociológico entrou em disputa na própria concepção de eugenia brasileira e abriu um leque maior de compreensões sobre sua função sociopolítica.

A propaganda frente à esterilização era necessária para desmistificar muitos dos seus empecilhos no contexto nacional, notadamente por se tratar de intervenções

³² *Boletim de Eugenia...*, p. 70.

³³ *Boletim de Eugenia...*, p. 73.

³⁴ *Boletim de Eugenia...*, p. 71.

³⁵ WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso) v.20, n.1, 2013, p. 285.

cirúrgicas impositivas. O medo ou falta de conhecimento fazia com que o público temesse consequências mais drásticas como a ausência de libido no ato sexual ou mesmo a incapacidade de futuras relações. O entendimento da esterilização eugênica como uma prática draconiana era um dos principais estigmas a ser superado na propaganda.

A eugenia não quer a esterilização à marreta, como não pretende a prática de medidas à Lycurgo, as quais, sob certo ponto de vista, são menos cruéis que as consequências advindas da indiferença criminosa que faculta a cópula da miséria e da doença ou de ambas. É crueldade inominável o lançamento dos recém natos degenerados às profundezas do Eurota, mas não é menos cruel e triste assistir impassível, à multiplicação de desgraçados que sofrem o calvário de uma cegueira, de uma surdo-mudez, arrastado pela vida em fora.³⁶

O resgate à antiguidade oferece um efeito comparativo do qual Kehl tentava desamarrar à esterilização eugênica. Em primeiro lugar, não se tratava de aplicar medidas à força, violando a liberdade individual, mas uma orientação prática para evitar a condenação do indivíduo. Comparar com uma prática de “seleção humana” da antiguidade expõe a divisão da reflexão moral de Kehl sobre a aplicação da esterilização. O método que defendia tinha conotação oposta àquele Eurota da Grécia Antiga, considerado por ele desumano e inflexível. O ponto central está na linha argumentativa, ao passo que a justificação da esterilização eugênica, sob a tutela da medicina da época e do Estado, era inversamente proporcional à prática da violação da liberdade e da agressão humana.

Outra questão a ser observada diz respeito à premissa de que a proliferação de degenerados, sejam eles criminosos ou doentes, era uma atitude muito mais cruel em comparação à esterilização. A restrição da prole às hereditariedades consideradas nocivas consistiria uma atitude humana e de empatia, pois em sua ótica, a multiplicação de indivíduos com doenças incuráveis e sem condições de uma existência digna representaria a verdadeira barbárie. A esterilização eugênica, portanto, era a antítese da atrocidade fatalista da degeneração hereditária. Assim, na perspectiva dos seus adeptos, ela era uma das soluções para garantir o progresso da nação e o aumento do coeficiente eugênico da população brasileira.

Considerações finais

Por meio do presente estudo, procurei demonstrar a presença da discussão da esterilização eugênica no Brasil, ainda pouco relatada devido à força comparativa com outras localidades em que esta modalidade foi posta em prática. Sendo assim, o espectro de uma eugenia “suave” latino-americana esfumaça as propostas de medidas consideradas extremadas em plena circulação e debate por intelectuais filiados à eugenia no Brasil. Por isso, considere importante traçar uma história da discussão de esterilização na obra de Renato Kehl, em especial no início da década de

³⁶ *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Ano 1, n. 2, 1925, p. 71.

1920, uma vez que a historiografia tem demonstrado sua presença e adoção no final desta década.

Embora a esterilização pertencesse apenas ao plano dos discursos de determinado setor da eugenia brasileira, ou seja, não sendo efetivamente colocada em prática ou constituindo propostas de leis, como ocorrera nos Estados Unidos ou na Alemanha Nazista, ela merece atenção por dividir espaços com outras interpretações eugênicas, como a eugenia “positiva” e “preventiva”, consideradas hegemônicas no quadro nacional. A historiografia tem demonstrando a forma polimorfa como Kehl elaborou o seu pensamento eugênico ao longo da sua trajetória. A esterilização constitui mais um dos elementos que sugere como Kehl percorreu esse conceito em momentos distintos do debate eugênico brasileiro.

Em vista dessa proposta, enfatizei o discurso de Kehl e a maturação da questão da esterilização eugênica em sua trajetória, especialmente no ano de 1925, a partir da publicação de um artigo nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, o qual considero uma etapa da sua aproximação pela execução de práticas eugênicas “negativas”. Como demonstrei, o discurso está presente em sua obra desde o início da década de 1920, mas é encorpado em 1925 com uma defesa mais dura e explícita à viabilidade das medidas de esterilização. Por este ponto de vista, Kehl demonstraria nesse período uma disposição para a esterilização em alguns casos. Embora a viagem à Alemanha tenha representado o caráter decisivo na concretude da necessidade daquelas medidas, o eugenista brasileiro estaria em diálogo com esta interpretação há alguns anos.

O texto dos *Archivos* representa a aproximação de Kehl com a esterilização não somente na adoção de um outro modelo de eugenia, mas como plausível para um projeto nacional em andamento. Nesse sentido, a proposta apresentada nos *Archivos* em 1925 preconizava a execução de uma eugenia restritiva, pautada em indivíduos criminosos e com degeneração somato-physica que prejudicassem a formação de uma elite eugênica nacional. De modo geral, a eleição dos indivíduos a serem esterilizados era imprecisa e poderia abranger uma grande variedade de características consideradas hereditariamente condenatórias. Todavia, o destaque de doentes e criminosos, ainda em 1925, representa um modelo definido de indivíduos prontamente escolhidos para a aplicação, devido à urgência dos malefícios que poderiam acarretar para o projeto de um país bem-sucedido.



RESUMO

Este artigo tem como objetivo tratar o conceito eugênico de esterilização e sua discussão no contexto nacional em meados de 1920, especialmente na perspectiva de Renato Kehl. Por meio da história intelectual e da história das ciências, analiso as publicações de Kehl nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, periódico da Liga Brasileira de Higiene Mental, bem como em livros publicados naquela década. Assim, por meio da documentação, demonstro como a esterilização esteve presente na trajetória de Kehl antes da sua viagem à Europa no final da década de 1920.

Palavras Chave: Esterilização eugênica; Renato Kehl; Nação.

ABSTRACT

This article aims to address the eugenic concept of sterilization and its discussion in the national context in the mid-1920s especially from Renato Kehl's perspective. Through intellectual history and history of science, I analyze Kehl publications in *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, a Brazilian League of Mental Hygiene journal as well as in books published in that decade. Thus through these documentation I demonstrate how sterilization was present in Kehl's trajectory before his trip to Europe in the late 1920s.

Keywords: Eugenic sterilization; Renato Kehl; Nation.

Artigo recebido em 26 set. 2017.

Aprovado em 16 mai. 2018.